

Souza, N.S. Economia básica.
SP: Atlas, 2007

QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO

1. O que são falhas de mercado, bens não rivais e externalidades?
2. O que são bens públicos? Forneça exemplos de bens públicos mistos.
3. Explique as três funções do setor público e o que são bens públicos, bens de mercado e bens sociais.
4. Explique os princípios teóricos da tributação.
5. Explique os impostos regressivos, proporcionais e progressivos.
6. Explique as razões do aumento das funções do setor público na economia em nível mundial.
7. Fundamente a participação do setor público na economia do ponto de vista do bem-estar.
8. Conceitue carga tributária.
9. Explique como se estrutura a receita tributária em nível mundial e compare com o Brasil (use as Tabelas 11.2 e 11.6).
10. Conceitue déficit nominal, déficit operacional e déficit primário e explique que como o Brasil vem financiando seu déficit (use a Tabela 11.7).
11. Explique a evolução dos principais impostos do Brasil e comente a afirmação segundo a qual a carga tributária no Brasil é muito alta (leve em conta o aspecto econômico e o princípio de justiça social).
12. Comente a relação entre arrecadação do ICMS e a descentralização do crescimento econômico no Brasil.
13. Comente sucintamente as fases do orçamento público.

LEITURAS SUGERIDAS

- BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus: EAESP/FGV, 2004.
- MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das finanças públicas*. São Paulo: Atlas; Brasília: MEC (Instituto Nacional do Livro), 1973. 2 v.
- REZENDE DA SILVA, Fernando A. *Finanças públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, Flávio. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROSEN, Harvey S. *Public finance*. 6. ed. Boston: Irwin: McGraw-Hill, 2001.

12

Desenvolvimento Econômico

Este capítulo aborda o conceito de desenvolvimento econômico, a questão do crescimento, distribuição de renda e do meio ambiente; caracteriza o subdesenvolvimento e apresenta dados sobre indicadores de desenvolvimento econômico, com ênfase nos conceitos de pobreza, indigência, produto *per capita* e capital humano. Por fim, aponta os principais estrangulamentos do desenvolvimento e as políticas necessárias para suplantá-los e manter a economia em ritmo de desenvolvimento auto-sustentado.

12.1 Conceito de desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico define-se por crescimento econômico contínuo, superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças e melhorias de estruturas e indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele se caracteriza como um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, o aumento da economia de mercado e a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar social, com preservação do meio ambiente. A economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se gerados progressivamente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo crescente e irreversível. Apesar da diversificação e crescimento das exportações de produtos manufaturados, o setor de mercado interno aumenta gradativamente sua participação na economia. Pela redução paulatina da população pobre e

miserável, da elevação dos níveis de renda, esse setor torna-se o elemento dinâmico da economia nacional. Com crescimento econômico superior ao crescimento demográfico, eleva-se a renda *per capita*, aumenta o nível de emprego e a arrecadação pública; o Governo habilita-se a gastar mais nas áreas sociais, podendo atender prioritariamente às pessoas mais carentes. Com isso, melhoram os indicadores sociais.

Para melhor qualificar a noção de desenvolvimento, necessita-se analisar a relação que define a renda *per capita* (renda nacional/população nacional). Quanto à renda, a questão é saber como ela se distribui entre as pessoas e se as razões de seu crescimento se devem à construção de habitações populares ou de equipamentos militares, ao aumento das horas de trabalho ou à maior produtividade. O simples aumento da renda não indica se a população encontra-se melhor ou pior em termos de saúde, educação e conforto; uma possível melhoria no nível de bem-estar das pessoas é apenas inferida pela elevação da renda *per capita*. Quanto à população, é preciso saber como está evoluindo a qualidade de vida das pessoas, em termos de saúde, educação, segurança, liberdade etc. Uma definição mais completa de desenvolvimento exige, portanto, indicações de como está se comportando no tempo, tanto o produto como a população, em termos de maior produtividade e melhores níveis de bem-estar social.

12.1.1 Crescimento e desenvolvimento econômico

Na definição de desenvolvimento aparece, em primeiro lugar, a idéia de crescimento do produto nacional. Quando novas fábricas são implantadas, novos empregos são oferecidos, o que aumenta a renda dos consumidores e a arrecadação pública. Torna-se possível tanto o aumento do consumo do público, como do governo. Este pode construir novas escolas e ou novos postos de saúde. Aumenta a disponibilidade de bens e serviços tanto privados, como públicos.

Portanto, o crescimento do produto nacional (Y_t), em determinado período t , é dado pela seguinte função de produção agregada:

$$Y_t = f(K, L, H, T, U)_{t-t-n} \quad (1)$$

A equação (1) diz que o nível do produto de uma determinada economia, no período corrente t , é uma função (f), nesse período t e em períodos anteriores ($t-n$), do emprego dos fatores capital físico (K), trabalho produtivo (L), capital humano (H), assim como do progresso técnico (T) e dos aperfeiçoamentos

institucionais (U). O capital físico K são máquinas, equipamentos, prédios, rodovias, portos, ferrovias, aeroportos etc.; o trabalho L corresponde à mão-de-obra qualificada e não qualificada e a técnicos de nível médio e superior; o capital humano H é igual aos gastos efetuados pela sociedade em educação, saúde e aperfeiçoamento de trabalhadores; o progresso técnico T são os gastos das empresas e do setor público na pesquisa tecnológica de novos produtos e novos processos de produção. Quanto maior o emprego desses fatores, tanto maior será a taxa de crescimento do produto nacional Y_t .

A contribuição da variável institucional U ao produto nacional Y_t não é, necessariamente, quantitativa, mas qualitativa: quanto mais eficientes ou favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento forem as instituições, tanto mais crescerá o produto nacional em determinado período t . Por instituições entendem-se o sistema financeiro e bancário nacional, o Congresso Nacional, o Judiciário, os partidos políticos, organizações empresariais, sindicatos de trabalhadores, agências de pesquisa e de fomento, ministérios, secretarias e outros órgãos das três esferas de governo, organizações não governamentais, agências reguladoras etc.

Quanto maior o nível do produto total Y_t , para uma dada população total (P_t), tanto maior será o produto nacional *per capita*, que, em princípio, diz se um país é desenvolvido, ou não. O produto ou renda *per capita* (y_t) é definido pela razão entre o produto nacional e a população total no ano t , ou seja:

$$y_t = Y_t / P_t \quad (2)$$

A Tabela 12.1 relaciona o PIB total e o PIB *per capita* de uma amostra de 25 países de renda baixa, média e alta e sua variação entre 2000 e 2005. O PIB *per capita* de 2004, em dólares dos EUA, encontra-se ponderado pela paridade de poder de compra de cada país (PPC). A PPC mede quanto uma moeda, como o dólar, pode comprar em termos internacionais, já que os produtos têm diferentes preços de um país para outro. Um dólar dos EUA, por exemplo, tem maior poder de compra na China e no Brasil do que nos EUA ou na Suíça.

A pujança econômica de países como a China (PIB de US\$ 2.228.862 milhões em 2005) não indica, necessariamente, desenvolvimento, se a renda média da população for muito baixa e os demais indicadores sociais desfavoráveis.¹ Um país como a Noruega, com um PIB de apenas US\$ 283.920 milhões, possui um dos maiores PIB *per capita* (PPC) do mundo. Serra Leoa, em guerra civil durante

¹ Como baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme a Tabela 12.7.

Tabela 12.1 PIB total em US\$ milhões e PIB per capita de países selecionados e variação 2000/2005.

Países	PIB ^a		Variação média anual 2000/2005 (%)	
	Total (2005)	Per capita (2004) ^b	Total	Per capita ^c
Renda baixa		2.297	9,2	0,3
Serra Leoa	1.193	561	13,2	6,5
Moçambique	6.630	1.237	11,0	5,1
Bolívia	9.334	2.720	-0,4	-1,8
Índia	785.468	3.139	10,1	6,9
Egito	89.336	4.211	-4,6	-4,1
Paraguai	8.152	4.813	-1,4	-3,8
Peru	78.431	5.678	6,1	2,1
China	2.228.862	5.896	12,8	10,9
Renda média		6.756	4,8	0,8
Brasil	794.098	8.195	3,3	-2,5
Uruguai	16.792	9.421	-5,7	-6,2
Rússia	763.720	9.902	31,9	21,7
Argentina	183.309	13.298	-8,6	-7,9
Venezuela	138.857	6.043	0,9	0,6
Chile	115.250	10.874	6,9	1,1
México	768.438	9.803	3,3	4,4
Coreia do Sul	787.625	20.499	7,2	7,1
Renda alta		31.331	2,3	3,9
Itália	1.723.044	29.180	8,3	5,2
Canadá	1.115.192	31.263	7,6	5,3
Alemanha	2.781.900	28.303	5,9	3,3
França	2.110.185	29.330	8,1	4,3
Reino Unido	2.192.553	30.821	6,9	5,5
Japão	4.505.912	29.251	-3,2	-0,3
Estados Unidos	12.455.070	39.676	2,5	2,0
Suíça	365.937	33.040	6,3	3,5
Noruega	283.920	38.454	10,0	7,9
Variação média anual da amostra		-	3,6	3,4

Fonte: FGV e, para o PIB per capita (dólares PPC), PNUD. Relatório do desenvolvimento humano 2006. Disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/report_pt.cfm>.

Notas: ^a Valores a preços de 2005 (deflacionados pelo IPC dos EUA); ^b US\$ 1,00 PPC; ^c Variação % em dólares dos EUA.

os anos de 1990, é o país mais pobre, com PIB per capita (PPC) de apenas US\$ 561, o que significa apenas US\$ 1,5 por dia.² Também são muito pobres Moçambique e Índia.³ A situação se agrava, quando países pobres, como Bolívia, Egito e Paraguai apresentam crescimento negativo, como foi o caso do PIB total e per capita desses países, entre 2000 e 2005. China e Índia são países populosos que vêm apresentando grande dinamismo de crescimento, graças, sobretudo, ao planejamento econômico, à abertura ao exterior e ao ingresso de capitais estrangeiros diretos, alocados em novas fábricas em todos os setores de atividade.

Os países de alta renda já proporcionaram à sua população, há muito tempo, níveis elevados de renda e de bem-estar. Nesse grupo, os países com maior crescimento do PIB per capita são Noruega, Canadá e Itália. Esses países possuem baixo crescimento demográfico, o que ajuda a elevar o produto per capita. Já na Alemanha o PIB per capita cresce bem menos do que o PIB total em virtude da unificação com a Alemanha comunista em 1990, populosa e bem menos desenvolvida.

Entre os países ricos, o melhor desempenho econômico foi o da Noruega e o pior o do Japão. A Noruega cresceu 10% no período, com destaque para indústrias de alta tecnologia. A economia norueguesa é aberta às exportações e, para enfrentar a concorrência externa, o país realizou grandes investimentos em infra-estruturas, educação e pesquisa tecnológica, orientando a economia para os ricos mercados próximos, na Europa. Ele é grande exportador de petróleo e gás natural. Apenas 3% extensão das terras são ocupadas pela agricultura, predominando matas de preservação ambiental. Não faz parte da União Europeia, mas participa do bloco através de acordos na área econômica.

O Japão é a segunda maior economia do mundo, atrás dos EUA. Com agricultura pouco expressiva pela pobreza do solo, o país concentrou-se na industrialização desde o final do século 19, com intenso protecionismo e participação do setor público na orientação da economia.⁴ Entre as principais atividades estão a indústria automobilística (Toyota, Honda e Subaru), a indústria eletrônica, informática, siderurgia, metalurgia, construção naval e química, com destaque para as atividades de alta tecnologia em cada um desses setores.

Hoje, o governo japonês participa pouco na economia, mas intervém nas atividades bancárias, com diversos órgãos vinculados ao comércio exterior, aos

² Níger, com PIB per capita de US\$ 779, é o país com o IDH mais baixo do mundo (Tabela 12.7).

³ Existem outros países muito pobres, especialmente na África, como Níger, não mencionados na amostra da Tabela 12.1.

⁴ Ver Souza (2005, Capítulo 2).

investimentos, aos preços e ao desenvolvimento econômico. Neste último aspecto, destaca-se a *Agência de Planejamento Econômico* diretamente subordinada ao controle direto do Primeiro-ministro, que orienta o dia-a-dia da economia e estabelece o planejamento econômico de longo prazo. O Banco do Japão exerce grande influência sobre os investimentos de capital, através de estreita interdependência com os bancos comerciais, permanecendo as ferrovias nacionais ainda sob controle estatal. A economia japonesa ficou sem crescer por 10 anos, com recessão pela queda do consumo interno. Em 2003, ela cresceu 1,8% ao ano; nos anos seguintes o crescimento subiu para 2,3% (2004), 2,7% (2005) e 2,6% (2006), com taxa de desemprego de 4,4%, uma das mais baixas do mundo.

Entre os países de renda média, o destaque é o grande crescimento obtido pela Federação Russa no período. Alguns fatores podem explicar esse crescimento: (a) alocação de capitais na infra-estrutura e na produção de bens de consumo, antes destinados à produção de armamentos e à corrida espacial; (b) democratização do país, fazendo surgir uma classe empresarial atuante; (c) abertura aos capitais estrangeiros e ao comércio internacional; (d) grande potencial econômico, tecnológico e educacional deslocado da produção de bens de guerra, no contexto da Guerra Fria, para a produção de bens de consumo.

Outro país com crescimento econômico acelerado desde o início dos anos de 1960 é a Coreia do Sul. Esse país, embora desenvolvido, ainda não é de alta renda. Ele desenvolveu-se com base na exportação de produtos com trabalho e tecnologia intensivos, na educação, pesquisa tecnológica e planejamento governamental. Em cada plano, são detalhadas as metas a serem alcançadas, com a explicitação dos recursos produtivos necessários. O Estado e o setor privado e demais instituições são mobilizados para atingir as metas traçadas pelo plano. O sucesso coreano tem sido tão grande, que durante mais de 30 anos o país vem crescendo acima de 9% ao ano, em média (Yoon; Souza, 2001).

Com os piores desempenhos entre os países de renda média estão a Argentina e o Uruguai, com crescimento negativo do PIB total e *per capita*. A desvalorização da moeda desses países explica a queda do PIB em dólares e, portanto, os indicadores da Tabela 12.1. A economia argentina entrou em recessão em 1998, seguida de grave crise política e econômica que se intensificou em 2002. Nesse ano, o peso desvalorizou-se mais de 70% em relação ao dólar, o PIB caiu 10,9% e o governo declarou moratória da dívida externa. Com as medidas saneadoras adotadas, o PIB argentino cresceu 9% ao ano, em média, entre 2003 e 2005.⁵

⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/2001-crise_argentina.shtml>. Já a economia uruguaia baseia-se na agricultura e no afluxo de turistas argentinos e brasileiros. De-

12.1.2 Crescimento econômico do Brasil

Entre 2000 e 2005, a economia brasileira cresceu apenas 3% e o PIB *per capita* caiu 2,5% ao ano. Este último vem se reduzindo desde 1998 (queda de 6% em 1990, quando o PIB total encolheu 4,3%), alternando raros períodos de crescimento positivo (Tabela 12.2). Isso se deve à redução dos investimentos públicos e dos gastos na área social, no contexto da política de controle da inflação e contenção da dívida pública.

Tabela 12.2 PIB total e PIB *per capita* do Brasil, 1950/2005.

Anos	PIB total	PIB <i>per capita</i>	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1950	134.936	2.598	6,8	3,9
1960	275.099	3.926	9,4	6,2
1970	500.624	5.375	10,4	7,3
1980	1.145.211	9.659	9,2	9,4
1990	1.338.844	9.133	-4,3	-6,0
1994	1.494.171	9.552	5,9	4,2
1995	1.557.281	9.802	4,2	2,6
1996	1.598.683	9.910	2,7	1,1
1997	1.650.976	10.080	3,3	1,7
1998	1.653.154	9.944	0,1	-1,4
1999	1.666.139	9.873	0,8	-0,7
2000	1.738.783	10.152	4,4	2,8
2001	1.761.561	10.134	1,3	-0,2
2002	1.795.559	10.179	1,9	0,4
2003	1.805.344	10.087	0,5	-0,9
2004	1.894.460	10.433	4,9	3,4
2005	1.937.598	10.520	2,3	0,8

Fonte: IPEAData.

Obs.: Valores a preços de 2006 (em F5 milhões para o PIB total e em R\$ 1 para o PIB *per capita*).

Os dois primeiros anos do Plano Real foram favoráveis para o aumento do PIB *per capita*, mas as maiores taxas de expansão ocorreram em 2000 e 2004. Constatase, pela Tabela 12.3, que o setor de serviços foi o principal responsá-

pendente da economia argentina, o Uruguai também desvalorizou o peso em 2002, explicando grande parte do desempenho negativo de seu PIB total e *per capita*.

vel pelo crescimento do PIB total, sobretudo nos últimos trimestres de 2001 e 2004 e em 2005. A contribuição do setor agrícola tem sido negativa nos últimos anos, tanto pelas estiagens, como, sobretudo, pela retirada dos subsídios ao crédito agrícola. Os agricultores têm tido dificuldades em custear as safras e investir em novas máquinas. O setor industrial também não vem crescendo de modo significativo, salvo no 4º trimestre dos anos de 1994 (Plano Real), 1999 e 2000 (desvalorização cambial, que estimulou as exportações) e no 4º trimestre de 2002 e 1º semestre de 2005. Os industriais reclamam do câmbio muito baixo, da alta carga tributária, dos juros altos e da falta de crédito, que retiram a competitividade das exportações.

Tabela 12.3 Contribuição setorial ao crescimento trimestral do PIB do Brasil, 1991/T4, 2006/T3 (%).

Período	Agricultura	Indústria	Serviços	PIB total ^a
1991 T4	-0,46	2,31	-4,85	-3,49
1994 T4	1,13	5,57	-12,47	4,51
1995 T4	2,16	-6,10	0,80	0,70
1996 T4	-0,04	0,53	3,38	-0,23
1997 T4	0,01	-0,43	2,26	0,43
1998 T4	-0,51	-0,36	-0,35	-1,92
1999 T4	0,96	3,61	-2,90	2,29
2000 T4	-0,92	2,77	0,45	1,44
2001 T4	1,01	-1,45	5,46	-0,57
2002 T4	-0,15	3,93	-4,35	0,84
2003 T4	1,07	0,41	-0,94	2,33
2004 T4	-0,31	1,99	3,12	0,82
2005 T1	-2,31	2,51	2,60	0,18
2005 T2	-2,30	3,31	2,92	1,94
2005 T3	-0,29	-0,06	1,65	-1,57
2005 T4	-0,65	0,83	1,78	1,67
2006 T1	-0,57	1,64	2,66	1,71
2006 T2	-1,05	1,11	0,46	0,60
2006 T3	-0,97	1,76	1,97	0,72

Fonte: IPEADATA.

Nota: ^a Taxa de variação real em relação ao trimestre anterior.

12.1.3 Desenvolvimento como mudança de estruturas

O crescimento do PIB pressupõe, portanto, políticas econômicas coerentes por parte do governo, que estimulem a acumulação de capital, aumentem a renda média da população e modifiquem estruturas produtivas e institucionais arcaicas, tornando-as mais ágeis no processo de desenvolvimento.

A ação do governo através do planejamento indicativo é crucial para colocar a economia na rota do crescimento e do desenvolvimento, procurando evitar estagnação ou, mesmo, retrocessos. Associado ao crescimento econômico, podem estar ocorrendo efeitos perversos, como os seguintes:

- excessivas transferências de renda ao exterior reduzem a capacidade de importar e de investir;
- intensa concentração da renda e da riqueza em detrimento das classes mais pobres bloqueia o crescimento da produção de bens de consumo e aumenta a pobreza;
- achatamento de salários e de outros rendimentos fixos limita a expansão do mercado interno;
- desestímulo ao surgimento de novas empresas nas regiões mais pobres inibem o crescimento da agricultura e da economia urbana das cidades do interior, o que não limita as emigrações excessivas em direção dos grandes centros urbanos do país.

Para alguns economistas, o desenvolvimento implica mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população. Destacam-se as interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, assim como eliminar os pontos de estrangulamentos do desenvolvimento. Essas transformações estruturais dizem respeito à composição da demanda, da produção, dos empregos, do comércio exterior e dos movimentos de capitais internacionais. Em seu conjunto, tais mudanças definem a passagem de um sistema econômico tradicional, arcaico, a um sistema econômico moderno, baseado em novas tecnologias e na economia da informação.

Constituem exemplos de mudanças estruturais: (a) aumento da população empregada na indústria, com a transferência de parte da população empregada na agricultura; (b) aumento da produção agrícola obtida com insumos modernos (máquinas, irrigação, fertilizantes etc.); (c) diversificação da produção agrícola e industrial, com aumento das exportações manufaturadas; (d)

redução dos minifúndios e latifúndios não explorados e aumento da agricultura comercial na produção total; (e) aumento dos trabalhadores mais instruídos e com nível superior no mercado de trabalho; (f) aumento da produtividade agrícola (maior rendimento das culturas por unidade de área, redução da idade de abate de animais, aumento da produção por trabalhador). Novas agroindústrias, cooperativas de produção e de crédito, assistência técnica e extensão rural, que aumentam a renda dos agricultores e desenvolvem as pequenas cidades do interior.

12.1.4 Desenvolvimento econômico e meio ambiente

Além da melhoria de indicadores econômicos e sociais e de mudanças estruturais, a definição de desenvolvimento inclui a preservação do meio ambiente. O crescimento econômico tende a esgotar os recursos escassos. Ele pode desmatar florestas, exaurir reservas minerais e extinguir certas espécies de peixes. A atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontravam florestas. A urbanização explosiva resultante tem esgotado as fontes de água potável. A atividade produtiva pode poluir mananciais de água e infestar o ar atmosférico, afetando o clima, o regime de chuvas e a saúde da população. Para haver *desenvolvimento sustentável* é preciso preservar o meio ambiente e poupar os recursos naturais não renováveis.

Na Conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1992, pela ONU, foi elaborada a Agenda 21, quando os participantes se comprometeram a defender o meio ambiente. Decidiu-se mobilizar toda a sociedade para a questão ambiental, pois apenas a ação do Estado não é suficiente, mesmo que ele possa contar com a ajuda do setor privado. É preciso desenvolver a consciência ambiental do conjunto da população. Nas ações mais efetivas contra a miséria e a preservação do meio ambiente é fundamental a participação de organizações não governamentais, de grupos de trabalho voluntário e de cooperativas e associações de bairro.

A Conferência de Kyoto, em 1997, tratou da questão climática. Concluiu-se que os países industrializados deveriam reduzir até 2008/2012 as emissões de gases do efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990. Nesse ano, os países desenvolvidos eram responsáveis por 55% das emissões de dióxido de carbono, cabendo aos EUA 25% desse total. Um dos meios para alcançar esse objetivo seria reformar o sistema de energia e de transportes, com o uso de fontes renováveis de energia, entre outros mecanismos. Os EUA

negaram-se a assinar o Protocolo de Kyoto, alegando que seria prejudicial à sua economia.

A Conferência de Johannesburgo (África do Sul), de 2002, discutiu o desenvolvimento sustentável. Ela procurou conciliar crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente. Estabeleceu-se a meta de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que ganham até um dólar por dia e o número de pessoas sem acesso a água potável e saneamento básico. Para combater a pobreza, uma das estratégias projetadas foi o estabelecimento de um fundo de solidariedade internacional.

O desmatamento e a poluição dos mananciais de água potável prejudicam a fauna e a flora e provocam mudanças climáticas. Os otimistas acreditam que o desenvolvimento tecnológico ajudará a preservar o meio ambiente, observando que nas últimas décadas melhorou o nível de poluição do ar e das águas nos países desenvolvidos. Isso teria resultado da conscientização geral e da ação reguladora do poder público. O Congresso dos EUA aprovou, em 1972, a Lei do Ar Limpo, que contribuiu para reduzir a emissão de dióxido de enxofre na atmosfera. A França controla o uso racional das águas internas, para melhorar a qualidade da água potável.

Como a poluição afeta a qualidade de bens públicos, como florestas, rios e o ar atmosférico, aumentando os custos sociais, seria preciso cobrar uma taxa dos agentes poluidores e incentivar o desenvolvimento de tecnologias limpas, com o objetivo de melhorar a qualidade do meio ambiente.⁶ Outra idéia seria pagar pelo gerenciamento ambiental em certas áreas estratégicas, como mananciais de água potável e margens dos rios, o que pode ser mais barato do que gastar mais tarde com a despoluição. Conclui-se que o mercado, agindo livremente, leva à degradação do meio ambiente.

12.1.5 Caracterização do subdesenvolvimento

Subdesenvolvimento define-se por crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, concentração de renda e riqueza, com número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total. Os índices sociais e ambientais são desfavoráveis quando comparados com os mesmos índices de países desenvolvidos. As estruturas econômicas permanecem inadequadas à adoção de inovações tecnológicas e ao crescimento

⁶ Para maiores detalhes acerca da economia do meio ambiente, ver, por exemplo, Souza (1996, Capítulo 16).

econômico sistemático, podendo perdurar formas pré-capitalistas, arcaicas, em algumas regiões e setores.

Subsiste um dualismo estrutural, embora a economia de subsistência possa ter se reduzido substancialmente. Assim, haverá uma mudança do caráter desse dualismo. No interior do setor industrial, algumas indústrias crescem de modo acelerado, com base em modernas técnicas, enquanto outras adotam formas tradicionais de produção e de administração. A forma dual também se estende ao mercado de trabalho, com empregos altamente remunerados e valorizados e trabalhos informais urbanos, como os recicladores de lixo. Cresce também o número de empresas atuando na informalidade (economia subterrânea), pela alta carga tributária, sobretudo sobre os salários. No setor público, cria-se uma discrepância crescente entre arrecadação insuficiente e necessidades de investimentos públicos em infra-estruturas econômicas e sociais.

As empresas tendem a se concentrar nos centros mais bem dotados com infra-estruturas, o que aumenta as desigualdades regionais. O lento crescimento do emprego do setor privado leva os governos a expandir o seu quadro de funcionários, o que aumenta o déficit público. O crescimento das despesas com pessoal e com o pagamento da dívida pública reduz ainda mais o investimento governamental, deteriorando de maneira cumulativa a oferta de infra-estruturas, como estradas, energia, saneamento básico, educação, segurança etc. Desse modo, cresce ainda mais o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, concomitantemente com a industrialização e a modernização da agricultura. Expande-se também a população que se acotovela nas cidades, formando favelas, aumentando os gastos públicos, ainda insuficientes para o atendimento das pessoas de mais baixa renda. Por conseguinte, aumentam os seqüestros, assaltos a bancos, prostituição, menores nas ruas, subnutrição, analfabetismo e demais índices de subdesenvolvimento.

A economia subdesenvolvida caracteriza-se, ainda, pela instabilidade e pela dependência econômica, tecnológica e financeira em relação aos países desenvolvidos. A base exportadora, insuficiente e instável, nem sempre consegue causar impactos significativos no setor de mercado interno. A capacidade de barganha nos mercados externos mostra-se diminuta à medida que a concorrência aumenta, com o ingresso de economias mais competitivas. A formação de capital é insuficiente pelo baixo nível de renda e discriminação contra os capitais externos. Altas taxas de inflação e restrições orçamentárias inibem o investimento público em setores estratégicos e na área social, explicando o reduzido crescimento econômico, os pontos de estrangulamentos e a pobreza da grande maioria da população.

De outra parte, os indicadores relativos a mudanças estruturais (produto industrial/produto total, ou produto agrícola/produto total) nem sempre implicam melhorias sociais. Entre 1970/1993, por exemplo, a participação do setor industrial no PNB dos países de baixa renda aumentou de 28% para 35%, com a taxa de urbanização passando de 18% para 28%. Nesse período, expandiu-se a importação de cereais e reduziu-se a produção de alimentos *per capita* na maior parte desses países (Banco Mundial, 1995, p. 184-186). A industrialização acelerada dos países subdesenvolvidos provocou maior êxodo rural-urbano, com aumento da demanda de alimentos, sem a conseqüente expansão da oferta, o que gerou maiores taxas de inflação. Contudo, nos anos de 1990 os governantes mostraram uma postura de maior conscientização acerca da necessidade do desenvolvimento econômico, melhorando os indicadores sociais de uma forma quase generalizada, apesar das dificuldades econômicas da maioria desses países.

Para expandir a oferta de alimentos para os trabalhadores urbanos, a economia em desenvolvimento precisa aumentar a produtividade da terra e do trabalho. O incremento da produtividade agrícola depende do uso de insumos modernos, da introdução de novas variedades de cultivo, assim como de irrigação, crédito e extensão rural.⁷ Com progresso tecnológico na agricultura, aumenta-se a produção, o que reduz os preços dos alimentos, estimula a industrialização e melhora as condições de vida do conjunto da população.

12.2 Indicadores de desenvolvimento econômico

Nos anos de 1990, os indicadores sociais melhoraram na América Latina, apesar do crescimento da dívida externa e da inflação. Isso resultou da difusão da educação, da conscientização social dos governantes e do aumento da renda *per capita*. A expectativa de vida aumentou e a educação primária universalizou-se; reduziram-se as taxas de mortalidade infantil e de natalidade,

⁷ Sementes geneticamente modificadas estão revolucionando a agricultura, com substanciais ganhos de produtividade na cultura do milho e soja. A produção de soja transgênica no Brasil foi obtida em 3 milhões de hectares, sobretudo no Rio Grande do Sul. A produtividade aumentou pelo combate de ervas daninhas sem afetar as plantas. Pode-se aplicar plantio direto, com economia de mão-de-obra e capital, o que exige maiores aplicações de herbicidas. Técnicos afirmam que os produtos transgênicos não afetam a saúde humana. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) produz 11 tipos de sementes de soja transgênica, para que a sua oferta não fique nas mãos de uma ou duas empresas multinacionais do setor.

esta em função do uso generalizado de anticoncepcionais (Hirschman, 1996, p. 881-890).

No fim dos anos de 1990, no Brasil, a inflação baixou para níveis civilizados, mas o crescimento econômico tornou-se muito pequeno, fazendo piorar os indicadores sociais. O crescimento da renda correlaciona-se com os níveis educacionais e liberdades políticas. Imprensa livre e debate público aberto melhoraram os indicadores de bem-estar (Banco Mundial, 1991, p. 57). A mortalidade infantil declina com o aumento dos níveis de educação feminina. Mães esclarecidas passam a amamentar os recém-nascidos, a esterilizar a mamadeira e a aplicar soro caseiro, o que evita o surgimento de muitas doenças.

Assim, além da renda *per capita*, devem-se considerar indicadores que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente. Medidas destinadas a reduzir a pobreza podem ser indispensáveis quando for grande o contingente de pessoas carentes. A distribuição direta de renda através de programas de saúde, educação e alimentação da população mais pobre é indispensável para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

12.2.1 Indicadores de pobreza e de miséria

Um importante indicador de desenvolvimento é a redução do número de pessoas pobres, com renda insuficiente para atender às necessidades básicas. Com menos pobreza, o mercado interno cresce, pois ele depende do tamanho da população e de seu poder aquisitivo. Em 2003, 1,5 bilhão de pessoas no mundo recebiam até US\$ 1/dia e 3 bilhões auferiam até US\$ 2/dia, ou seja, a metade da população mundial. A crise financeira de 1997 aumentou a população miserável em 20 milhões de pessoas na Indonésia, Tailândia e Coréia do Sul. A exceção seria a China, onde essa população caiu de 280 milhões, em 1990, para 125 milhões em 1997 (Banco Mundial, 2003).

A renda *per capita* é um indicador insuficiente de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento. É preciso levar em conta o número de pessoas pobres e as pessoas sem rendimentos, ou com renda insuficiente para o atendimento das *necessidades básicas* (alimentação, moradia, vestuário, educação, transporte, saúde e lazer). Essa população constitui os socialmente marginalizados e os desempregados que não recebem salário-desemprego. Nas últimas décadas, o padrão de vida dessa população vem diminuindo, pela expansão demográfica, crescimento do desemprego e lenta acumulação de capital. Crescem as popula-

ções na periferia das grandes cidades, aumentando os índices de criminalidade, empobrecimento, desnutrição e evasão escolar.

O desafio é acelerar o crescimento das economias mais pobres e melhorar os indicadores de desenvolvimento, além de reduzir o crescimento demográfico. Sem esse controle, a população dos países de baixa renda passará dos 3,1 bilhões de 1993 para 5 bilhões em 2025. Os países de renda média terão mais 725 milhões de pessoas nesse período, contra apenas 96 milhões de pessoas nos países ricos (Banco Mundial, 1995). Cabe ao Estado reordenar os rumos do desenvolvimento através da regulação do crédito e da expansão da infraestrutura e dos serviços sociais básicos, como saúde, educação e segurança.

População pobre é definida como aquela com renda familiar apenas suficiente para atender às necessidades básicas. Enquanto **população miserável** (ou *indigente*) define-se como aquela cuja renda familiar cobre apenas a alimentação. No Brasil, tem sido utilizada a renda familiar de um salário mínimo para definir a *linha da pobreza* e o valor de uma cesta básica, inferior ao salário mínimo, para demarcar a *linha da miséria*.

Em 1976, o Brasil possuía 50 milhões de pobres e 24 milhões de miseráveis, ou 45,4% e 21,8% da população total (Tabela 12.4). Em termos absolutos, essas populações decresceram até 1981, para aumentarem até 1990, no auge do processo inflacionário. Nos primeiros anos do Plano Real elas se reduziram, para se acelerarem após, com a crise cambial de 1999. Em 2003, ela atingiu o seu valor máximo da série: 61,2 milhões e 26 milhões de pessoas viviam no Brasil, respectivamente, abaixo da linha da pobreza e da miséria.

Em termos relativos, no entanto, essa população pobre e miserável vem se reduzindo sistematicamente desde 1976, para atingir um mínimo em 2005 (30,1% e 11,2% da população total). Isso significa que a população total vem crescendo mais rapidamente do que o número de pessoas pobres e miseráveis; e que o setor público não tem conseguido, apesar dos esforços, atender a todos aqueles que demandam emprego, assistência médica, leitos hospitalares, vagas nas escolas e, sobretudo, serviços públicos de melhor qualidade. Aumenta, por conseguinte, o número de crianças de rua e os desempregados, de sorte que a criminalidade está atingindo em toda a parte índices alarmantes.

O Coeficiente de Gini (Tabela 12.4) confirma a lenta melhoria da pobreza e indigência no Brasil. Com valor próximo da unidade, o coeficiente indica maior desigualdade na distribuição de renda; inversamente, quanto mais perto ele estiver de zero, tanto mais homogênea será a distribuição de renda. Na série apresentada na Tabela 12.4, o Coeficiente de Gini no Brasil foi máximo em 1976

(0,623), reduzindo-se nos anos de 1980, voltando a subir a um pico em 1990, com redução gradativa nos anos seguintes, chegando a um mínimo em 2005.

Tabela 12.4 Brasil: população total, população pobre e população indigente, 1976 e 2005.

Ano	População total	População pobre ^a	População indigente ^b	Pop. pobre/Pop. total (%)	Pop. indigente/Pop. total (%)	Índice de Gini
1976	110,2	50,0	24,0	45,4	21,8	0,623
1981	121,4	47,9	20,3	39,5	16,7	0,584
1985	133,0	54,9	23,7	41,3	17,8	0,598
1990	146,6	58,2	27,7	39,7	18,9	0,614
1995	158,9	51,8	22,4	32,6	14,1	0,601
1996	161,3	51,8	23,3	32,1	14,4	0,602
1997	163,8	53,4	23,7	32,6	14,5	0,602
1998	166,3	52,1	22,3	31,3	13,4	0,600
1999	168,8	56,2	24,0	33,3	14,2	0,594
2001	173,8	58,3	25,3	33,5	14,6	0,596
2002	176,4	57,5	23,4	32,6	13,3	0,589
2003	179,0	61,2	26,0	34,2	14,5	0,583
2004	181,6	59,4	23,2	32,7	12,8	0,572
2005	184,2	55,4	20,6	30,1	11,2	0,569

Fonte: IPEA, disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Série com base na PNAD do IBGE.

Notas: ^a População residente, em milhões de pessoas; ^b Renda familiar cobrindo somente as necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário, educação, transporte, saúde e lazer); ^c Renda familiar suficiente para atender apenas às necessidades de alimentação.

A renda é muito concentrada em países subdesenvolvidos como o Brasil. Em 1976, 51% da renda domiciliar estava concentrada nos 10% mais ricos da população (o 1% mais rico detinha 17,1% da renda). Restando 11,6% para os 50% mais pobres e 2,4% para os 20% mais pobres (Tabela 12.5). Após um período de pequena desconcentração até início dos anos de 1980, a concentração de renda voltou a aumentar em 1985, beneficiando os mais ricos. Após o Plano Real e até 2001, a distribuição de renda no Brasil ficou relativamente constante, apresentando a partir de então uma ligeira melhora em favor dos mais pobres.

Tabela 12.5 Participação de grupos mais ricos e mais pobres na renda domiciliar (%).

Período	1% mais rico	10% mais ricos	50% mais pobres	20% mais pobres
1976	17,1	51,0	11,6	2,4
1981	12,7	46,4	13,1	2,7
1985	13,6	47,8	12,5	2,50
1990	14,2	48,8	11,5	2,1
1995	13,8	47,9	12,3	2,3
1996	13,5	47,5	12,1	2,2
1997	13,8	47,7	12,1	2,2
1998	13,9	47,8	12,3	2,3
1999	13,2	47,3	12,7	2,4
2001	13,9	47,4	12,6	2,3
2002	13,4	47,0	13,0	2,5
2003	13,1	46,2	13,2	2,6
2004	13,0	45,3	13,8	2,7
2005	13,0	45,3	14,1	-

Fonte: IPEA, disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Série IPEA – DISOC_RPMRI.

As melhorias desses indicadores são bastante tímidas. O grau de pobreza e de desigualdade ainda é mais elevado no Brasil do que em países com PIB *per capita* similares. O subdesenvolvimento possui, portanto, indicadores bem característicos: crescimento econômico insuficiente, grande número de pobres e indigentes na população total, altos índices de criminalidade, baixos níveis de escolaridade, mortalidade infantil elevada, serviços de saúde deficientes etc.

12.2.2 Indicadores selecionados do desenvolvimento mundial

Alguns indicadores mostram que o nível de vida vem aumentando em todo o mundo, tanto pelo crescimento econômico e o desenvolvimento da medicina, como pela generalização da educação. A difusão do uso de água tratada, esgoto sanitário e hábitos de higiene ajudam a prevenir doenças. O que foi dito para a América Latina em relação à melhoria dos indicadores sociais pode ser referido para o conjunto dos países. Contudo, a Tabela 12.6 mostra que esses indicadores são ainda muito ruins para países muito pobres, como Serra Leoa e Moçambique, com expectativa de vida de pouco mais de 41 anos.

Fontes: Banco Mundial, disponível em: <http://devdata.worldbank.org/data-query/>, e PNUD, Relatório do desenvolvimento humano 2006, disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/report_portal>.
 Notas: * Para a maioria dos países da tabela, os dados são de 2004; para outros, são de 2002, 2003 ou 2005; ^a Alunos matriculados no 1º e 2º graus/total de jovens na idade correspondente; ^b Pessoas alfabetizadas com 15 anos ou mais/população total; ^c % sobre as exportações totais; ^d Diamantes beneficiados.

Países	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) (2004)	Expectativa de vida ao nascer (anos) (2004)	Taxa de matrícula ^a (%)	Dias para abrir um negócio	Taxa de alfabetização (%) ^c	População com acesso a instalações sanitárias (%)	Emissão de CO ₂ (toneladas métricas)	Desnutrição de crianças com menos de 5 anos	Exportações de bens de alta tecnologia ^d (% do PIB)	Valor adicionado pela indústria (% do PIB)
Serra Leoa	165,4	41,0	74,3	82,3	153,0	35,1	60,6	0,8	38,9	28,1
Mocambique	104,4	41,6	74,3	82,3	153,0	35,1	60,6	0,8	38,9	28,1
Bolívia	54,0	64,4	88,1	98,4	50,0	61,0	53,0	0,1	23,7	31,1
Índia	54,0	64,4	88,1	98,4	50,0	61,0	53,0	0,1	23,7	31,1
Egito	26,4	70,2	94,7	94,7	71,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Paraguai	20,6	71,2	98,3	98,3	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Peru	24,2	70,2	100,2	99,7	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
China	26,0	71,9	99,7	99,7	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Renda média	30,9	70,0	98,6	98,6	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Brasil	31,8	70,8	98,6	98,6	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Uruguai	15,0	75,6	105,9	105,9	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Rússia	16,8	65,2	99,2	99,2	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Argentina	16,2	74,6	102,5	102,5	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Venezuela	16,0	73,0	103,4	103,4	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Chile	7,6	78,1	98,2	98,2	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
México	22,6	75,3	101,6	101,6	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Coreia do Sul	5,1	77,3	99,9	99,9	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Alta renda	6,1	78,7	99,4	99,4	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Itália	4,2	80,2	99,1	99,1	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Canadá	5,2	80,2	99,1	99,1	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Alemanha	5,2	80,2	99,1	99,1	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Reino Unido	4,2	79,6	98,7	98,7	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
França	4,2	79,6	98,7	98,7	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Japão	5,3	78,5	101,6	101,6	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
EUA	6,7	77,5	99,3	99,3	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Suécia	4,5	80,7	95,5	95,5	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9
Noruega	3,5	79,6	101,3	101,3	74,0	71,4	59,0	1,2	23,7	30,9

Tabela 12.6 Indicadores selecionados do desenvolvimento de um grupo de países segundo o nível de renda.^a

A grande taxa de mortalidade infantil desses dois países não é menos surpreendente do que a baixa expectativa de vida ao nascer. Em Serra Leoa, de cada mil crianças nascidas vivas, mais de 165 morrem, em média, nos primeiros anos de vida, contra apenas três crianças no Japão. Aquele país vive da extração de diamantes e de outros minerais por empresas estrangeiras, mantendo uma agricultura rudimentar de subsistência. Em Moçambique as condições de miséria extrema não são muito diferentes. Esse país foi colonizado por Portugal entre 1885 e 1975, tornando-se independente após uma guerra que durou 10 anos. Sua economia baseia-se na agricultura e enfrenta graves problemas de crescimento pela inflação crônica e dívida externa elevada.

Com nível de renda médio, o Brasil possui taxa de mortalidade infantil (31,8 por mil) e expectativa de vida (70,8 anos) em torno da média do grupo. Observa-se que o país não tem logrado alcançar o desempenho na área da saúde de países como Uruguai, Chile e Coreia do Sul. Contudo, em relação à expectativa de vida, o progresso foi razoável nos últimos tempos (67 anos em 1993), mas ainda está longe da média dos países ricos, que chega a mais de 80 anos no Japão, Suíça e Canadá.

Os dados da Tabela 12.6 são coerentes com a teoria do desenvolvimento econômico, ou seja, quanto mais pobre for o país, pior será o indicador social; ocorrendo o contrário com a elevação do nível de renda. Assim, a mortalidade infantil é de 79,5 mortes por mil nos países de baixa renda, 30,9 nos países de renda média e de 6,1 nos países de alta renda; cresce com o nível de renda a expectativa de vida ao nascer: 58,8 anos, 70 anos e 78,7 anos; o mesmo se pode dizer da taxa de matrícula (alunos matriculados no ensino básico dividido pelo total de jovens com a idade correspondente), da taxa de alfabetização (pessoas alfabetizadas com 15 anos e mais dividido pela população total), do percentual de pessoas com acesso à instalações sanitárias urbanas, da emissão de gás carbônico e do percentual de exportações de bens de alta tecnologia.

Correlaciona-se inversamente com o nível de renda o percentual de crianças de menos de cinco anos com desnutrição e o número de dias requeridos para abrir um novo negócio. Com relação à desnutrição, quanto maior o número de pessoas pobres e miseráveis, maior a incidência de crianças com desnutrição crônica. O tempo necessário para abrir um novo negócio está ligado ao excesso de burocracia, regulamentação e falta de agilidade das instituições, características dos países subdesenvolvidos.

Quanto ao valor adicionado pela indústria em relação ao PIB (%), a correlação com os níveis de renda é dúbia, porque aumenta de 28,1% nos países

de baixa renda para 37,3% para o caso dos países de renda média, mas se reduziu depois para 26,2% nos países ricos. Porém, essa constatação está de acordo com a teoria: no processo de desenvolvimento há intensa industrialização e transferência de trabalhadores do meio rural para o meio urbano (cai a participação da agricultura no PIB e aumenta a participação da indústria); na maturidade econômica, estabiliza-se a produção agrícola/PIB, cai a produção industrial/PIB e aumenta a participação dos serviços no PIB. Observa-se baixa participação do valor adicionado pela indústria/PIB na França (21,8%), EUA (22,3%) e Reino Unido (26,3%). Essa participação é de 37,9% no Brasil, 40,8% na Coreia do Sul, 46,8% no Chile e 51,6% na Venezuela.

12.2.3 Índices de desenvolvimento humano

Os indicadores anteriores podem ser sintetizados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A idéia desse indicador é reduzir a amplitude do conceito de desenvolvimento humano, ao se considerar três dimensões apenas, para medir o nível do desenvolvimento de países, regiões e municípios. O IDH é um índice composto que indica a evolução média de uma sociedade em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: *vida longa e saudável*, medida pela expectativa de vida ao nascer; *conhecimento*, medido pela taxa de alfabetização de adultos (peso $\frac{2}{3}$), e taxa de matrícula nos três níveis de ensino (peso $\frac{1}{3}$); e por um *padrão de vida decente*, medido pelo PIB *per capita*, em dólares dos EUA, ponderado pela paridade do poder de compra de cada país.

Como os valores calculados para o IDH variam entre 0 e 1, os países podem ser classificados como segue: (a) desenvolvimento humano baixo: $IDH \leq 0,499$; (b) desenvolvimento humano médio: $0,5 \leq IDH \leq 0,799$; e desenvolvimento humano alto: $IDH \geq 0,800$.

A Tabela 12.7 mostra a evolução do IDH desde 1975, quando foi criado, até 2004. A primeira constatação é a de que os índices de desenvolvimento humano cresceram no período para o conjunto dos países da amostra, como para cada grupo de renda. Significa que estão crescendo os indicadores de longevidade, escolaridade e renda. Porém, considerando o conjunto dos indicadores, percebem-se, ainda, muitas deficiências.

Tabela 12.7 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, 1975-2004.

Amostra de países por níveis de renda	1975	1980	1985	1990	1995	2001	2004	Classificação 2004	Variação 1975/2004
Renda baixa (amostra)	0,545	0,538	0,560	0,587	0,615	0,599	0,630	-	15,6
Mocambique	-	-	0,309	0,325	0,335	0,356	0,390	176	21,8*
Índia	-	-	0,309	0,317	0,325	0,356	0,390	168	26,2*
Bolívia	0,511	0,443	0,481	0,519	0,553	0,59	0,611	126	46,9
Egito	0,433	0,48	0,53	0,572	0,605	0,631	0,672	115	35,4
Paraguai	0,674	0,708	0,714	0,726	0,744	0,751	0,757	111	62,1
Peru	0,639	0,668	0,691	0,702	0,729	0,752	0,767	82	12,3
Venezuela	0,521	0,554	0,591	0,624	0,679	0,721	0,768	81	47,4
Renda média (amostra)	0,701	0,739	0,756	0,773	0,788	0,813	0,833	72	9,7
Brasil	0,643	0,678	0,691	0,712	0,738	0,777	0,792	69	18,8
México	-	0,796	0,811	0,809	0,766	0,779	0,797	65	0,1*
Uruguai	0,756	0,729	0,748	0,757	0,771	0,8	0,821	53	20,0
Chile	0,7	0,735	0,775	0,799	0,814	0,834	0,851	43	12,6
Argentina	0,784	0,797	0,804	0,807	0,829	0,849	0,859	38	22,7
Coreia do Sul	0,701	0,736	0,774	0,814	0,848	0,879	0,912	36	10,1
Renda alta (amostra)	0,854	0,869	0,881	0,899	0,916	0,930	0,946	26	30,1
Alemanha	-	0,859	0,868	0,885	0,908	0,921	0,932	21	8,5*
Reino Unido	0,84	0,847	0,857	0,877	0,916	0,93	0,940	18	11,9
Itália	0,838	0,854	0,862	0,884	0,9	0,916	0,940	17	12,2
Frância	0,846	0,862	0,874	0,896	0,912	0,925	0,942	16	11,3
Suécia	0,872	0,884	0,891	0,904	0,912	0,932	0,947	9	8,6
EUA	0,864	0,883	0,896	0,911	0,923	0,937	0,948	8	9,7
Japão	0,851	0,875	0,89	0,906	0,92	0,932	0,949	7	11,5
Canadá	0,866	0,881	0,904	0,924	0,929	0,937	0,950	6	9,7
Noruega	0,858	0,876	0,887	0,9	0,924	0,944	0,965	1	12,5
Média da amostra	0,715	0,729	0,746	0,766	0,787	0,809	0,831	-	13,1

Fonte: PNUD, *Relatório do desenvolvimento humano 2006*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/report_pl.cfm>. Notas: * Variação 2001/2006; b Variação 1980/2006.

O relatório de 2006 do PNUD afirma que cerca de dois milhões de crianças morrem todos os anos por falta de água potável e esgoto sanitário. Segundo essa organização, o acesso à água limpa é um direito humano básico de, no mínimo, 20 litros por dia, e que o tratamento de água e esgoto evitaria o surgimento de muitas doenças.⁸

O IDH dos países de renda média foi o que mais se expandiu no período (18,8%), seguido dos países de baixa renda (15,6%). O IDH dos países ricos cresceu apenas 10,7%, abaixo da média amostra (13,1%). Isso explica por que há muito mais o que melhorar nos países pobres do que nos países ricos. Entretanto, pelas dificuldades econômicas e humanas das economias mais pobres, são as de renda média que acabam se desenvolvendo mais rápido. Entre as economias pobres, com grande variação do IDH no período, destacam-se o Egito (62,1%), China (47,4%) e Índia (46,9%). Entre os países de renda média, a maior variação do IDH entre 1975/2004 foi a da Coreia do Sul (30,1%), seguida do Brasil (23,2%) e do Chile (22,7%).

Pelo IDH de 2004, os cinco países mais desenvolvidos do mundo são Noruega (0,965), Islândia (0,960), Austrália (0,957), Irlanda (0,956) e Suécia (0,951); enquanto os cinco países mais pobres são Níger (0,311), Serra Leoa (0,335), Mali (0,338), Burquina Faso (0,342) e Guiné-Bissau (0,349), todos situados na África <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

Em 2004, o IDH do Brasil foi igual a 0,792, um pouco abaixo do IDH da Rússia (0,797) e acima do da Venezuela (0,784). Apesar do lento crescimento do Brasil nas últimas décadas, principalmente entre 1990/2001, o seu IDH cresceu 23,2% entre 1975/2004, acima da média de seu grupo de países (18,8%). Isso mostra que os maiores níveis de desenvolvimento do Brasil, após 1975, resultaram do progresso obtido nas áreas de saúde e educação. A vacinação reduziu a taxa de mortalidade infantil e de adultos; houve progresso também na redução do analfabetismo, maior nível de acesso à água potável e ao ensino fundamental e superior.

O IDH aplicado para os Estados brasileiros, em 2000, mostrou Santa Catarina no topo do ranking (IDH de 0,822), seguido por São Paulo (0,820), Rio Grande do Sul (0,814), Rio de Janeiro (0,807) e Paraná (0,787); enquanto os Estados com os menores índices foram Maranhão (0,636), Alagoas (0,649), Piauí (0,656), Paraíba (0,661) e Sergipe (0,682).⁹

⁸ PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2006*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

⁹ Ver o texto *Indicadores de desenvolvimento econômico*, disponível em: <<http://www.nalisouza.web.br/com/outrostextos.htm>>.

Alguns autores efetuaram modificações no IDH para que ele se torne mais abrangente. Romão incluiu a incidência de pobreza e o Coeficiente de Gini para definir o *Índice de desenvolvimento humano ampliado* (IDHA). Os Estados mais desenvolvidos, classificados por esses índices, tendem a apresentar IDHA mais altos e, portanto, índices mais baixos de desigualdade-pobreza. Desse modo, quanto melhor distribuída estiver a renda, tanto maior será o nível de vida do conjunto da população (Romão, 1993, p. 108).

Oliveira (2001) elaborou o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Modificado*, utilizando parte da metodologia do IDH da ONU e do Índice de Condições de Vida do IPEA. O estudo indicou uma melhoria sensível dos indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza, tanto do conjunto do Rio Grande do Sul, como da maior parte de suas regiões. Entretanto, eles apontaram o aumento da concentração de renda regional e estadual, sobretudo entre 1980 e 1991.¹⁰

12.3 Estrangulamentos do desenvolvimento

O desenvolvimento necessita de crescimento econômico contínuo e de políticas públicas coerentes com a expansão da produção e melhorias sociais, bem como a convergência de ações de toda a sociedade que facilitem as mudanças necessárias para a consecução desses objetivos. Políticas públicas focadas excessivamente na estabilidade econômica, durante períodos muito prolongados, acabam afetando o crescimento econômico pela redução dos investimentos públicos e neutralização das ações privadas. Da mesma forma, ações políticas que visem ao benefício de grupos privados em detrimento do coletivo constituem outro grande entrave ao desenvolvimento. Exemplo disso é o imobilismo do governo e do congresso em realizar as reformas necessárias ao Brasil, como a reforma tributária, previdenciária e trabalhista.

De outra parte, a dificuldade em diversificar e expandir as exportações e fatores como concentração da renda, educação defasada, falta de mão-de-obra especializada, deficiência de infra-estrutura e insuficiência de poupança interna e de investimentos públicos constituem pontos de estrangulamentos que precisam ser superados, para não bloquear o crescimento da economia. Geralmente é o Estado quem exerce uma ação coordenadora do desenvolvimento e quem

¹⁰ A Fundação de Economia e Estatística do RS elaborou o *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico* para os municípios, com quatro blocos de variáveis, cada um pesando 25%: (a) *Domicílio e Saneamento*; (b) *Educação*; (c) *Saúde* e (d) *Renda*.

procura vencer tais estrangulamentos. Em fases mais avançadas do processo de desenvolvimento, os principais estrangulamentos decorrem do esgotamento do modelo de substituição de importações, em razão da pequena dimensão do mercado interno para algumas substituições, como bens de capital, da insuficiência de capital e da concentração da renda.¹¹

Na maioria dos países subdesenvolvidos, desde a Grande Depressão da década de 1930, as políticas de desenvolvimento enfatizaram a industrialização por substituição de importações, com incentivos eventuais às exportações. As principais medidas adotadas foram: (a) barreiras alfandegárias e intervenções no mercado cambial (manipulação da taxa de câmbio e confisco de divisas); (b) controle de importações para evitar gastos supérfluos e proporcionar mercado para a indústria nacional nascente; (c) incentivos a indústrias específicas, através de créditos subsidiados e renúncias fiscais, com a participação de empresas estatais e de empresas estrangeiras; (d) aumento do poder de compra das populações rurais, por meio de políticas agrícolas, envolvendo crédito, seguro, preços mínimos, estoques reguladores, investimentos em estradas rurais, comercialização da produção e reforma agrária; e (e) implantação de infra-estruturas de transportes, energia e comunicações.

Nas economias que adotam esse modelo de industrialização, as exportações não crescem no mesmo ritmo das importações pelas seguintes razões: (a) a estratégia adotada é substituir importações e não estimular as exportações; (b) à medida que a industrialização avança, os novos produtos substituídos são os de capital cada vez mais intensivo, como bens de consumo duráveis e bens de capital; (c) qualquer aumento de exportações eleva a renda interna e aumenta as importações. Por conseguinte, a expansão simultânea das exportações, principalmente de manufaturados, torna-se fundamental para o prosseguimento do desenvolvimento econômico. Isso se explica porque as exportações exercem efeitos de encadeamento sobre o setor de mercado interno e viabilizam importações de bens de capital, o que eleva a produtividade média da economia.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO

1. Conceitue desenvolvimento, estabelecendo sua diferença de crescimento econômico, e explique o que são desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como mudança de estrutura.

¹¹ As dificuldades serão ainda maiores se a base exportadora for concentrada em poucos produtos, com preços instáveis, e direcionada para um ou dois mercados externos.

2. Explique as relações entre indicadores sociais, indicadores de produção e indicadores básicos de desenvolvimento.
3. Conceitue população miserável, ou indigente, e população pobre. O que define linha da pobreza e linha da miséria?
4. Explique por que os indicadores sociais estão melhorando nos países subdesenvolvidos mesmo com crescimento econômico mais lento.
5. Explique a lógica da correlação entre níveis de educação e melhoria de outros indicadores sociais, como redução da mortalidade infantil.
6. Compare os seguintes indicadores do Brasil com aqueles dos países de baixa renda, renda média e alta renda: (a) mortalidade infantil; (b) expectativa de vida; (c) educação e saúde; (d) econômicos; e (e) IDH.

LEITURAS SUGERIDAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório do desenvolvimento mundial 2007*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>.

PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2006*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Indicadores de desenvolvimento econômico. 2005a. Disponível em: <<http://www.nalijsoza.web.br.com/outrostextos.htm>>.